

DO REI EXEMPLAR: ALGUNS ECOS BÍBLICOS NA ORATÓRIA DO *LANCELOT EN PROSE*

Rafaela CÂMARA SIMÕES DA SILVA
rafaelasilva84@hotmail.com
Instituto de Filosofia – SMELPS –
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O *Lancelot en Prose*¹, texto que se insere no grande ciclo de romances arturianos escrito em França durante a década de vinte do séc. XIII, é o longo romance biográfico de Lancelot que narra os amores entre a rainha Genevra e o cavaleiro, os feitos deste, e onde se anuncia a mais nobre e misteriosa aventura – a demanda do Santo Graal.

Desde os primórdios dos estudos sobre a matéria arturiana que se defende que o ciclo arturiano em prosa se socorre extensamente das Escrituras nos seus mais variados aspectos², desde a onomástica

¹ Para uma abordagem ao *Lancelot en Prose* e ao lugar que ocupa na configuração cíclica, vejam-se os trabalhos de Ferdinand Lot, *Étude sur le Lancelot en prose*, Paris, Champion, 1918; Alexandre Micha, «Études sur le Lancelot en Prose», *Romania*, 82/327 (1961), pp. 357-378; Jean Dufournet (ed.), *Approches du Lancelot en Prose*, Paris, Champion, 1984; Emmanuèle Baumgartner, «Remarques sur la prose du *Lancelot*», *Romania*, 105 (1984), pp. 1-15; Elspeth Kennedy, *Lancelot and the Grail. A Study of the Prose Lancelot*, Oxford, Clarendon Press, 1986; Elspeth Kennedy, «The re-writing and the re-reading of a text: the evolution of the Prose *Lancelot*», em A. Adams et al. (ed.), *The Changing Face of Arthurian Romance. Essays on Arthurian Prose Romances in Memory of Cedric E. Pickford, a Tribute of The British Branch of International Arthurian Society*, Woodbridge, Boydell, 1986, pp. 1-9; *Lancelot*, em Danielle Büschinger (ed.), *Actes du Colloque d'Amiens. 14-15 janv. 1984*, Göppingen, Kümmerle, 1984. Outros estudos, mais recentes, devem também ser destacados: Jean-René Valette, *La Poétique du merveilleux dans le Lancelot en Prose*, Paris, Champion, 1998; Annie Combes, *Les voies de l'aventure. Réécriture et composition Romanesque dans le Lancelot en prose*, Paris, Champion, 2001.

Sobre a circulação e tradução do *Lancelot en Prose* em âmbito peninsular, vejam-se ainda os estudos de Harvey Sharrer, «The acclimatization of the Lancelot-Grail cycle in Spain and Portugal», em W. Kibler (ed.), *The Lancelot-Grail Cycle*, Austin, Univ. of Texas Press, 1994, pp. 175-190; José Carlos Miranda, «Como o Rei Artur e os cavaleiros da sua corte demandaram o Reino de Portugal», *Colóquio de Letras*, 142 (1996), pp. 83-102; Fernando Gómez Redondo, *Historia de la prosa medieval castellana. El desarrollo de los géneros. La ficción caballeresca y el orden religioso*, Madrid, Cátedra, 1999, vol. II; Santiago Gutiérrez García e Pilar Lorenzo Gradín, *A literatura artúrica en Galicia e Portugal na Idade Media*, Santiago de Compostela, Univ. de Santiago de Compostela, 2001; Isabel Correia e José Carlos Miranda, «Os fragmentos A19 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a tradição textual do *Lancelot*», em R. Ferreira, A. S. Laranjinha e J. C. Miranda, *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas, 2011, pp. 13-48; Isabel Correia, *Do Lancelot ao Lançarote de Lago: tradição textual e difusão ibérica do romance arturiano contido no Ms. 9611 da Biblioteca Nacional de Espanha*, Porto, Estratégias Criativas, 2015; David Hook (ed.), *The Arthur of the Iberians. The Arthurian legends in the Spanish and Portuguese worlds*, Cardiff, Univ. of Wales Press, 2015.

² Referimo-nos aos trabalhos de Eugène Anitchkof, «Le Galaad du Lancelot-Graal et les Galaads de la Bible», *Romania*, 53/211 (1927), pp. 388-391; Myrrha Lot-Borodine, «Autour

às referências diretas às personagens e situações do Antigo e Novo Testamentos, como ainda aos processos de escrita e mecanismos exegeticos na Bíblia inspirados³. A crítica tem-se, no entanto, maioritariamente limitado a identificar citações, alusões e diminutos paralelos e a segmentos relativamente pouco extensos, não viabilizando um estudo mais aprofundado das potencialidades bíblicas perspetivado na ótica do desenvolvimento narrativo dos romances e da estrutura cíclica. O *Lancelot en Prose* não é exceção, carecendo ainda este romance de uma abordagem mais sistemática da presença das Escrituras assumida ao nível da temática e ideologia⁴.

Neste sentido, privilegiaremos a análise dos elementos bíblicos observáveis essencialmente num momento discursivo do romance, a repreensão dirigida a Artur por um homem bom que se apresenta perante a corte do rei. Este importante episódio do *Lancelot en Prose*⁵ dá voz a uma verdadeira «lição de política», mas é principalmente estudado enquanto manifestação da ética feudal, embora seja proliquo em referências objetivas ao Livro Sagrado⁶.

Começamos, pois, por observar os pontos essenciais que compõem o discurso do homem bom, descrito na sua chegada à corte como «preudons plains de grant savoir»⁷. Trata-se de um dado relevante nesta análise, tendo em conta que, no âmbito da matéria arturiana, esta personagem pertence a um grupo de figuras detentoras de um conhecimento

du Saint Graal. À propos des travaux récents», *Romania*, 57/225 (1931), pp. 147-205; Yves Le Hir, «L'élément biblique dans la *Queste del Saint Graal*», in *Lumière du Graal*, Paris, Cahiers du Sud, 1951, pp. 100-110; Alexandre Micha, «“Matière” et “sen” dans l'Estoire dou Graal de Robert de Boron», *Romania*, 89/356 (1968), pp. 457-480; Pauline Matarasso, *The Redemption of Chivalry. A study of the Queste del Saint Graal*, Genève, Droz, 1979; Emmanuèle Baumgartner, *L'arbre et le pain. Essai sur la Queste del Saint Graal*, Paris, SEDES, 1981; Michelle Szkilnik, *L'archipel du Graal*, Genève, Droz, 1989; Armand Strubel, *La Rose, le Renart et le Graal, La littérature allégorique en France au XIII^{ème} siècle*, Genève, Slatkine, 1989; Mireille Séguy, *Les romans du Graal ou le signe imagine*, Paris, Champion, 2001; Jean-René Valette, *La pensée du Graal. Fiction littéraire et théologique (XII^e-XIII^e siècles)*, Paris, Champion, 2008.

³ Para este último âmbito, o estudo de Henri de Lubac é uma referência incontornável: *L'exégèse médiévale: les quatre sens de l'Écriture*, Paris, Aubier, 1959, 4 vols.

⁴ Tenham-se, todavia, presentes as reflexões já realizadas em torno de alguns dos aspectos da impregnação bíblica detetados neste romance: Lot, *op. cit.*, p. 120 (referência à origem bíblica do nome de Galaad); Combes, *op. cit.*; Rafaela Silva, «Lancelot na contra-luz do rei David», em R. Ferreira, A. S. Laranjinha e J. C. Miranda, *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas, 2011, pp. 71-94; Arianna Punzi, «L'allegoria nel “Lancelot du Lac”, Mito e storia nella tradizione cavallaresca», *Rhesis. International Journal of Linguistics, Philology and Literature*, 4/2 (2014), pp. 71-97.

⁵ A edição em que nos baseamos é a de Alexandre Micha: *Lancelot. Roman en prose du XIII^{ème} siècle*, Edition critique avec introduction et notes par A. Micha, Genève, Droz, 1978-1983, 9 vols.

⁶ Para as citações dos textos bíblicos usaremos a Vulgata latina: *Biblia sacra: iuxta vulgatum versionem*, 4^o auflege, Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, cop., 1994. O mesmo texto encontra-se igualmente disponível no *Corpus Biblia Medieval*: Andrés Enrique-Arias e F. Javier Pueyo Mena, *Biblia Medieval*, (2008-), em: <<http://www.bibliamedieval.es>> [consultada a 8/06/2017]. O texto latino será acompanhado em nota por uma tradução portuguesa (*A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*, trad. João Ferreira de Almeida, São Paulo, Editora Vida, 2005).

⁷ *Lancelot*, vol. VIII, p. 12.

superior que transmitem através da palavra, (juntamente com os clérigos e eremitas)⁸, habitualmente exterior ao mundo cavaleiresco.

As circunstâncias que acompanham esta inesperada visita (do homem bom) à corte de Artur não eram de todo favoráveis ao monarca de Logres, uma vez que o seu reino se encontrava ameaçado por Galehot, poderoso senhor de Sorelois. Galehot, conhecido pela sua generosidade, demonstra «finesse politique»⁹ para com Artur, segundo a expressão de Florence Marsal, concedendo-lhe um ano de tréguas a fim de assegurar um combate mais justo e equilibrado. Após a nobre decisão de Galehot, não contando ainda com tal ato de condescendência por parte do seu inimigo, Artur encontra-se profundamente angustiado com o destino do reino. É nessa altura que intervém um homem bom, de identidade desconhecida.

As primeiras palavras dirigidas a Artur são uma severa repreensão ao monarca, que o homem bom classifica de «li plus pechieres de tous les pecheors»¹⁰. Lembra-lhe então que Artur foi designado por Deus para assumir o trono, devendo por isso conduzi-lo segundo os Seus preceitos: «nus home mortex ne te baillast a garder la signorie que tu tiens mais que Diex seulement, et le te bailla por che que tu l'en seusses boin gré»¹¹. Esta intervenção lida à luz da tradição bíblica parece ecoar a voz dos profetas veterotestamentários que tantas vezes se apresentavam como mensageiros divinos perante os reis de Israel e Judá¹². Um exemplo bíblico é a intervenção do profeta Natan diante do rei David, quando o repreende severamente pelo duplo pecado de homicídio e adultério que envolvera a bela Betsabé¹³. Apelando para David como o guardião dos direitos do seu povo, divinamente designado, o profeta conta uma história de injustiça e opressão que logo suscitou o desagravo do rei. A censura do profeta despertou a consciência de David, fazendo sobressair o seu arrependimento e confissão: «et dixit David ad Nathan peccavi Domino»¹⁴. Esta foi também a atitude de Artur quando esmagado pelas palavras do mensageiro divino, «je suis li plus vis pechieres et li plus desloiax del monde»¹⁵.

⁸ Cfr. Angus J. Kennedy, «The hermits role in french arthurian romance (c. 1170-1530)», *Romania*, 113/451 (1992), pp. 401-420 e Alexandre Micha, *Essais sur le cycle du Lancelot-Graal*, Genève, Droz, 1987, p. 182.

⁹ Florence Marsal, «Les morts de Galehaut et de son livre», em D. Hüe, A. Delamaire y C. Ferlampin-Acher *Actes du XXII^{ème} Congrès de la Société Internationale Arthurienne*, Rennes, 2008, pp. 1-12 (p. 1). [En línea] <<https://www.sites.univ-rennes2.fr/celam/ias/actes/pdf/marsal.pdf>>

¹⁰ *Lancelot*, vol. VIII, p. 13.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Cfr. I Samuel 13:13; II Samuel 12:7 e 9; I Reis 21:20; II Crônicas 24:20.

¹³ Cfr. *Quare ergo contempsisti verbum Domini ut faceres malum in conspectu meo Uriam Hethheum percussisti gladio et uxorem illius accepisti uxorem et interfecisti eum gladio filiorum Ammon* («Por que, pois, desprezaste a palavra do Senhor, fazendo o mal diante dos seus olhos? A Urias, o heteu, feriste à espada, e a sua mulher tomaste por tua mulher; e a ele mataste, com a espada dos filhos de Amon», II Samuel 12:9).

¹⁴ II Samuel 12:13 – «Então disse David a Natan: Pequei contra o Senhor».

¹⁵ *Lancelot*, vol. VIII, p. 15.

Tanto David como Artur necessitaram de passar pela etapa indispensável da confissão, sendo esta motivada pelo sábio conselho do mensageiro de Deus. No episódio arturiano, o motivo da confissão é minuciosamente apoiado nos textos sagrados. O conselho do homem bom, «si garde que tu portes ton cuers avoec toi et ta bouce, car la confessions n'est preus, se li cuers n'est repentans de chou que la langue regehist»¹⁶, parece retomar a ideia expressa nas Escrituras sobre a complementaridade entre a «boca» e o «coração» (a palavra e o sentimento), tal como surge no texto de Eclesiastes: *ne temere quid loquaris neque cor tuum sit velox ad proferendum sermonem coram Deo*¹⁷.

Os primeiros sinais de humildade são, por conseguinte, demonstrados pelo rei no seu ávido pedido de ajuda «Biaux maistres, conseilés moi, por Dieu, car trop en ai grant mestier»¹⁸, que não tarda a obter resposta, «Dieu t'envoiera conseil»¹⁹. Repare-se que esta não havia sido a primeira admoestação feita a Artur acerca da sua responsabilidade enquanto monarca. Ainda durante a infância de Lancelot, um monge, antigo cavaleiro, havia-se apresentado diante do rei, condenando a sua falta de consideração pelas duas rainhas viúvas, Evaine e Helene²⁰. Faz por isso todo o sentido a observação do homem bom a Artur por este não ter seguido desde o início o conselho divino: «Merveilles sont, fait il, qui conseil demandes et croire nel vels»²¹. Tal afirmação poderá bem ter como modelo o pensamento bíblico registado em Provérbios 12:15, *via stulti recta in oculis eius qui autem sapiens est audit consilia*²². A observância da palavra sábia resulta no pleno benefício daquele que não a rejeita.

Depois de confessados os pecados de Artur e manifestado o seu verdadeiro arrependimento, o homem bom dirige-se de novo ao rei para se assegurar de que nenhum pecado havia sido esquecido. Novamente a função do homem bom se assemelha à dos profetas do Antigo Testamento, exercendo não só o papel de mensageiro do rei em tempo de crise, mas também de crítico e conselheiro real quando confrontado com graves falhas de governo. O grande erro de Artur é então identificado pelo homem bom como o pecado que o rei havia omitido no momento da confissão²³. Artur não exercera corretamente a sua função de monarca quando o seu vassalo Ban de Benoïc se

¹⁶ *Ibidem*, p. 14.

¹⁷ Eclesiastes 5:2 – «Não te precipites com a tua boca, nem o teu coração se apresse a pronunciar palavra diante de Deus». Veja-se também Ezequiel 33:31; Mateus 12:34; Mateus 15:18.

¹⁸ *Lancelot*, vol. VIII, p. 14.

¹⁹ *Ibidem*, p. 15.

²⁰ *Lancelot*, vol. VII, pp. 95-98.

²¹ *Ibidem*, p. 14.

²² Provérbios 12:15 – «O caminho do tolo é reto aos seus olhos, mas o que dá ouvidos ao conselho é sábio».

²³ *Lancelot*, vol. VIII, p. 16 – «Es tu confés del grant péchié que tu as del roi Ban de Benoïc qui mors fu en ton service et de sa feme qui a esté desiretee puis la mort de son signor?».

encontrava em apuros na luta iminente contra Claudas. Para além da consequente morte de Ban, a rainha Helene fora deserdada, outro erro colossal apontado a Artur pela desproteção dos direitos da viúva²⁴. Chegara o momento propício para uma verdadeira lição de política.

Uma vez atestada a dependência do rei da Providência divina, importava que Artur reconhecesse igualmente o valor dos seus homens para que a prosperidade do reino fosse garantida. Conquistando o coração dos seus homens, Artur obteria um exército mais unido e mais forte, o seu braço direito para a defesa do reino. Melhor seria por isso que lutassem pelo rei não pela força, mas pela sua própria vontade e motivação. É neste sentido que o homem bom tenta orientar a consciência de Artur: «Or te pren garde que peut valoir escus ne haubers ne espee ne forche de cheval sans cuer d'omme: nule riens ne peut valoir»²⁵. A sábia observação do homem bom ganha maior significado quando lida à luz das Escrituras, na seguinte passagem do livro de Salmos: *non salvatur rex per multam virtutem et gigans non salvabitur in multitudine virtutis suae. fallax equus ad salutem in abundantia autem virtutis suae non salvabitur*²⁶.

A fim de tornar o seu conselho mais eficaz, o homem bom recomenda a Artur que tome tempo para ouvir a causa dos grandes e pequenos, ricos e pobres. Dessa forma, receberia não só a aprovação dos seus súbditos, como também a aprovação divina na administração do reino: «Ensi doit faire rois qui l'amor de Dieu et du siecle velt avoir, l'amor du siecle par humilté et l'amor de Dieu par droiture: c'est le commenchemens d'onor et d'amor conquerre»²⁷. O mesmo princípio de humildade encontra-se descrito na Sagrada Escritura, em Provérbios de Salomão: *timor Domini disciplina sapientiae et gloriam praecedat humilitas*²⁸, *finis modestiae timor Domini divitiae et gloria et vita*²⁹, *superbum sequitur humilitas et humilem spiritu suscipiet gloria*³⁰. Um rei humilde não fará da riqueza material um critério para escolher a sua companhia na corte, porque «desous poverté d'avoir gist grant riquece de cuer et en grant plenté d'or et de terres est maintes fois poverté de cuer envolepee»³¹. O mesmo será

²⁴ Note-se que a corte de Artur, importante centro feudal, favorável ao cumprimento da lei e da justiça, deveria providenciar um bom modelo de governo para o reino. Cf. Kennedy, *Lancelot and the Grail. A Study of the Prose Lancelot*, op. cit., p. 109.

²⁵ *Lancelot*, vol. VIII, pp. 17-18.

²⁶ Salmo 33:16-17 – «Não há rei que se salve com a grandeza de um exército, nem o homem valente se livra pela muita força. O cavalo é vão para a segurança: não livra ninguém com a sua grande força».

²⁷ *Lancelot*, vol. VIII, p. 19.

²⁸ Provérbios 15:33 – «O temor do Senhor é a instrução da sabedoria, e diante da honra vai a humildade».

²⁹ Provérbios 22:4 – «O galardão da humildade, e o temor do Senhor, são riquezas, e honra e vida».

³⁰ Provérbios 29:23 – «o humilde de espírito obterá honra».

³¹ *Lancelot*, vol. VIII, p. 19.

dizer, segundo as palavras de Salomão, que *est quasi dives cum nihil habeat et est quasi pauper cum in multis divitiis sit*³².

A humildade é portanto um requisito indispensável para o exercício de uma boa governação, uma virtude que exige sacrifício mesmo quando os interesses pessoais falam mais alto. Porque abandonar a companhia dos homens ricos para permanecer na companhia do pobre? Esta pergunta retórica colocada pelo homem bom demonstra a vantagem de uma iniciativa de bondade por parte do rei, que não privilegia ricos em detrimento dos pobres, por mais proveitoso que seja rodear-se de homens de grandes posses. E se tal atitude não parecer acertada aos olhos de outrem, será considerado louco aquele que a rejeitar. Mas sábio será aquele que a aprovar: «Et se li fol le te torment a mal, ne t'en caille, car li blasmes del fol dechiet et li los del sage croist et enforche»³³. A oposição sábio/louco, cara à literatura sapiencial do Antigo Testamento, permite-nos aventar a inspiração bíblica desta observação do homem bom, decalcada no texto de Eclesiastes e de Provérbios: *verba oris sapientis gratia et labia insipientis praecipitabunt eum*³⁴, *sapientes abscondunt scientiam os autem stulti confusio proximum est*³⁵.

Ainda com o objetivo de conquistar o coração dos seus homens, o homem bom recomenda a Artur que saiba satisfazê-los com oferendas, provando a sua qualidade de «largesse», o dom da generosidade. Esta seria não só uma forma de os recompensar pelo seu serviço, como também uma maneira de os incentivar a defenderem sempre a causa do rei, «car ains gaigneras les cuers d'aus»³⁶. A sugestão do homem bom parece uma vez mais estar em consonância com as palavras do rei Salomão, *multi colunt personam potentis et amici sunt dona tribuenti*³⁷. É no entanto necessário que o rei, ao presentear os seus súbditos, dê tudo de coração para que maior seja o benefício do que recebe, mas também daquele que dá: «autresi liés doit estre li doneres en son don [...] l'en ne doit mie doner a laide chiere, mais tos jors doner a lié semblant»³⁸. A conceção de generosidade defendida pelo homem bom está igualmente em harmonia com o texto bíblico da segunda epístola aos Coríntios que diz: *Unusquisque prout destinavit corde suo, non ex tristitia aut ex necessitate, hilarem enim datorem diligit Deus*³⁹. A generosidade de um rei nunca é considerada em de-

³² Provérbios 13:7 – «Há quem se faça rico, não tendo coisa nenhuma, e quem se faça pobre, tendo grande riqueza».

³³ *Lancelot*, vol. VIII, p. 20.

³⁴ Eclesiastes 10:12 – «As palavras dos sábios são apreciadas, mas os lábios dos loucos serão a sua perdição».

³⁵ Provérbios 10:14 – «Os sábios escondem a sabedoria, mas a boca do louco é uma destruição».

³⁶ *Lancelot*, vol. VIII, p. 21.

³⁷ Provérbios 19:6 – «Muitos suplicam a face do príncipe, e cada um é amigo daquele que dá presentes».

³⁸ *Lancelot*, vol. VIII, p. 22.

³⁹ II Coríntios 9:7 – «Cada um dê, segundo propôs no seu coração, não com tristeza, ou por necessidade, porque Deus ama ao que dá com alegria».

masia, pois com tal virtude o monarca recolherá grandes bênçãos para o reino. Mas pelo contrário, aquele que muito retém não será abençoado, como afirma também o homem bom, «Mais tu peus aler mal par trop tenir, car nus ne fu onques destruis par largesse, mais plusor ont este escillié par avarisse»⁴⁰. Se consultarmos o livro bíblico de Provérbios, veremos que a mesma ideia explanada pelo homem bom figura na seguinte passagem: *dux indigens prudentia multos opprimit; per calumniam qui autem odit avaritiam, longi fiet dies eius*⁴¹.

Estavam, desta forma, anunciadas as linhas essenciais por que se deveria reger o monarca para uma boa governação⁴².

Todo o discurso do homem bom é apresentado sob a forma de uma teoria da realeza, sendo as Escrituras a sua principal fonte de inspiração. A sua estrutura retórica assenta por isso no apoio constante de referências aos textos veterotestamentários, como pudemos comprovar. À luz da ética bíblica, o rei é um «representante da autoridade divina», fórmula retirada de Deuteronomio 17⁴³, um texto normativo que expõe uma teoria de governo, mostrando de uma forma mais ou menos explícita a existência de um protótipo de autoridade política no antigo Israel. O sentido de responsabilidade de um dirigente político advém da sua eleição determinada por Deus de forma direta ou indireta. Também no *Lancelot en Prose*, a concessão do reino a um monarca é atribuída, segundo as palavras do homem bom, ao mesmo Deus⁴⁴. Isso significaria que a atuação de Artur seria avaliada pelo divino Juiz. Reforçada a responsabilidade de Artur pela intervenção do mensageiro divino, delineou-se um modelo ideal de governo. Toda a argumentação do homem bom baseia-se especialmente nas referências de tom proverbial. Do mesmo modo, os Salmos assim como outros textos veterotestamentários já referidos pontuam a temática da realeza, atestando a consolidação e o reforço do reino quando virtudes tais como a justiça, a piedade, a humildade e a misericórdia são praticadas.

Não deixa de ser curioso o facto de que a inspiração bíblica destes últimos conselhos do homem bom incidam especialmente no livro de Provérbios, cuja autoria se atribui de um modo geral ao rei Salomão.

⁴⁰ *Lancelot*, vol. VIII, p. 22.

⁴¹ Provérbios 28:16 – «O príncipe falto de inteligência multiplica as opressões, mas o que aborrece a avareza prolongará os seus dias». Veja-se também Provérbios 28:20 – *Vir fidelis multum laudabitur; qui autem festinat ditari, non erit innocens* («O homem fiel abundará em bênçãos, mas o que se apressa a enriquecer não ficará sem castigo»).

⁴² Importa salientar que estes princípios de governo, expostos pelo homem bom, obedecem igualmente à ética feudo-vassálica, que por sua vez também se fundamenta nas Escrituras. A «largesse» e a justiça são qualidades primordiais dos poderosos na organização da sociedade medieval. Cfr. Kennedy, *op. cit.*, pp. 79-89.

⁴³ Deuteronomio 17:14-20.

⁴⁴ Recorde-se o episódio da espada do padrão, «l'espee dou perron», relatado no *Merlin* e evocado no *Lancelot en Prose*, em que Artur é eleito rei porque é o único que consegue retirar a espada cravada por Cristo na rocha. Cfr. *Merlin. Roman en prose du XIII^eme siècle*, Edition critique par A. Micha, Genève, Droz, pp. 272-275.

A especial incidência destes textos sapienciais na sua argumentação deve-se nomeadamente ao carácter pedagógico das reflexões proverbiais. Eram transmitidas de geração em geração sob forma de conselhos e sentenças, muitas vezes usadas na instrução dos filhos de nobres ou da realeza a fim de os preparar para o exercício e função que lhes estavam destinados⁴⁵. Educavam para a prática de virtudes e exortavam ao afastamento de vícios. Tinham também por objetivo a instrução para o bom governo, um incentivo à tomada de decisões justas, convenientes e oportunas.

Alguns ensinamentos proverbiais possuem portanto uma conotação política, considerando a sabedoria um atributo régio⁴⁶. Ora, sendo Salomão o presumível autor destes conselhos registados no livro de Provérbios, não admira que os seus ensinamentos sejam tantas vezes utilizados pelo homem bom quando dirigidos ao rei Artur. Como é sabido, Salomão é designado nas Escrituras como o «rei sábio» por excelência. A sabedoria era a maior qualidade do ilustre rei de Israel. Desde o início Salomão pôs em prática esta mesma virtude ao pedir sabedoria e discernimento numa entrevista privilegiada com Deus⁴⁷, mas igualmente na sua visão judicial⁴⁸. Esta não era, porém, a única qualidade do rei. A «largueza de coração», a estimada «largesse» aconselhada a Artur pelo mensageiro divino, era outro importante atributo de Salomão⁴⁹. Faz por isso todo o sentido que as palavras do sábio rei bíblico ecoem no discurso do homem bom a Artur.

Mas a harmonia entre o discurso do homem bom e as Escrituras não se fica por aqui. A formulação da teoria da realeza socorre-se ainda de um princípio fundamental patente em diversos textos do Antigo Testamento. Com efeito, o princípio da justiça move toda a teoria da realeza. Este vasto e complexo conceito veterotestamentário está associado, na palavra original em hebraico (מִשְׁפָּט, *tsedeq*), ao «juízo», à «misericórdia», à «retidão», à «honra» e à «bondade»⁵⁰. A justiça era vista como uma qualidade pessoal que deveria possuir um rei, o administrador da justiça. A expressão «fazer a justiça» tem uma força peculiar quando utilizada a respeito do monarca. A administração da justiça, o ato régio por excelência, estava aliada à «salvação» do povo. Não se tratava apenas de salvá-lo dos inimigos externos, mas também a nível interno, assegurando a prosperidade e ordem do reino. Por isso, a justiça surge frequentemente no Antigo Testamento ligada

⁴⁵ Cfr. José Manuel González Espino, *Poetas, sabios y profetas en el Antiguo Israel*, Madrid, Ediciones Akal, 2010, p. 35.

⁴⁶ Cfr. Provérbios 8:15-16.

⁴⁷ Cfr. I Reis 3:5-9.

⁴⁸ Cfr. I Reis 3:16-28.

⁴⁹ Cfr. I Reis 4:29 – «E deu Deus a Salomão sabedoria, e muitíssimo entendimento, e largueza de coração, como a areia que está na praia do mar.» e I Reis 10:13 – «E o rei Salomão deu à rainha de Sabá tudo quanto lhe pediu o seu desejo, além do que lhe deu segundo a largueza do rei Salomão: então voltou e partiu para a sua terra, ela e os seus servos».

⁵⁰ Luís Alonso Schökel, *Dicionário bíblico de hebraico-português*, São Paulo, Paulus, 1997.

à ideia de defesa dos mais fracos e necessitados de justiça, de que é exemplo uma passagem de Provérbios, um conselho de uma mãe a um rei: *Aperi os tuum [...] qui pereunt [...] decerne, quod iustum est, et iudica inopem et pauperem*⁵¹. O conceito bíblico de justiça incluía igualmente atitudes de bondade, misericórdia e ajuda, pois este era o mesmo propósito de Deus para com o Seu povo. As mesmas qualidades reúnem-se naturalmente no rei ideal, o rei messiânico da linhagem de David, tantas vezes evocado nos Salmos e livros proféticos⁵².

O discurso do homem bom não poderia por isso deixar de mencionar a exemplaridade de David que, excluindo o episódio trágico de adultério e homicídio do qual se arrependeu amargamente, é o rei bíblico mais elogiado pela conduta justa de governo: *Et regnavit David super omnem Israel; faciebat quoque David iudicium et iustitiam omni populo suo*⁵³. Uma das primeiras advertências do mensageiro divino a Artur prende-se precisamente com a responsabilidade que o rei tem perante Deus de ser o grande defensor dos órfãos e dos mais fracos à semelhança do Rei dos Céus, palavras que o homem bom afirma provirem do mesmo Deus por intermédio do seu profeta David: «che te demandera Diex seur toutes choses [...] car il meismes dist par la bouche du prophete David qu'il est garde des povres et soustient les orfenins»⁵⁴. Se atendermos efetivamente às palavras de David no livro de Salmos, encontraremos o mesmo apelo à justiça: *iudicate egenum et pupillum humilem et pauperem iustificat*⁵⁵.

Como vimos anteriormente, a autoridade bíblica constitui um apoio indispensável à compreensão da ideologia do poder. Os preceitos morais exigidos ao rei, patenteados nas diferentes referências de tom proverbial, legitimam este poderoso ministério. Trata-se sem dúvida de um «uso social», assim designado por Philippe Buc, que não significa uma «instrumentalização» arbitraria da Bíblia, mas que assenta num forte recurso às autoridades⁵⁶. A referência bíblica é, de facto, a *auctoritas* por excelência na explicação e justificação de aspetos sociais ou ideológicos.

Não menos importante é o papel do mensageiro divino, figura imponente através da qual o conselho de Deus é fidedignamente transmitido. À luz das Escrituras a sua função aproxima-se da missão do profeta, o *nabi* (da palavra hebraica נָבִי), o revelador da palavra de

⁵¹ Provérbios 31:8-9 – «Abre a tua boca [...] pelo direito de todos os que se acham desamparados [...] julga retamente, defende os direitos dos pobres e necessitados». Cfr. Provérbios 14:31 ; 29:14 ; Salmos 82:3; Jeremias 21:12; 22:3.

⁵² Salmo 103:6 – «O Senhor faz justiça e juízo a todos os oprimidos». Cfr. Salmo 10:14-18; 96:10; 97:2; 99:4.

⁵³ II Samuel 8:15 – «Reinou, pois, David sobre todo o Israel. Julgava e fazia justiça a todo o seu povo».

⁵⁴ *Lancelot*, vol. VIII, p. 14.

⁵⁵ Salmos 82:3 – «Defendi a causa do fraco e do órfão, protegi os direitos do pobre e do oprimido».

⁵⁶ Philippe Buc, *L'ambiguïté du livre: prince, pouvoir et peuple dans les commentaires de la Bible au Moyen Âge*, Paris, Beauchesne, 1994, p. 72.

Deus⁵⁷, dotado de autoridade divina. Quanto a Artur, não devia senão ouvir atentamente o sábio conselho divino, pois este era seguramente o melhor caminho para a prosperidade do reino. As palavras do profeta Isaías parecem pois ecoar nesta hábil exposição do homem bom acerca do rei ideal, *auribus percipite et audite vocem meam, adtendite et audite eloquium meum*⁵⁸.

Recibido: 30/05/2016

Acceptado: 8/07/2017



DO REI EXEMPLAR: ALGUNS ECOS BÍBLICOS NA ORATÓRIA ARTURIANA DO *LANCELOT EN PROSE*

RESUMEN: O *Lancelot en Prose*, extenso romance que desenvolve a biografia de Lancelot, insere-se no grande ciclo de romances arturianos escrito em França durante a década de vinte do séc. XIII. Este texto testemunha, no nosso entender, uma clara exploração das potencialidades bíblicas na literatura medieval. A nossa análise incidirá essencialmente num momento discursivo que consideramos fundamental no romance, a repreensão dirigida a Artur por um *preudome* que se apresenta perante a corte do rei. Procuraremos identificar, através do confronto entre este excerto do *Lancelot en Prose* e as Escrituras, quais os elementos bíblicos nele retido e de que modo foram tratados. Esperaremos poder, assim, averiguar quais as intenções autorais no uso da fonte bíblica.

PALAVRAS-CHAVE: *Lancelot en Prose*, Bíblia, teoria da realeza, romance arturiano.

ABOUT THE PERFECT KING: SOME BIBLICAL ECHOES IN THE *LANCELOT EN PROSE*'S ARTHURIAN ORATORY

ABSTRACT: *Lancelot en Prose*, an extensive romance where Lancelot's biography is developed, is integrated into the wide cycle of Arthurian romances that was written in France during the second decade of the thirteenth century. This text testifies, as long as we are concerned, a clear exploration of the biblical potentials in medieval literature. Our analysis will focus essentially on a discursive moment that we consider to be central to the romance: the reprimand directed to Arthur by a *preudome* that presents himself before the king's court. We will try to identify, through the confrontation between the referred excerpt of *Lancelot en Prose* and the Scripture which are the elements withheld in it and how they were treated. By this confrontation we hope to ascertain the authorial intentions in the use of the biblical source.

KEYWORDS: *Lancelot en Prose*, Bible, theory of kingship, Arthurian romance.

⁵⁷ Alonso Schökel, *Dicionário bíblico de hebraico-português*, op. cit.

⁵⁸ Isaías 28:23 – «Inclinaí os ouvidos, e ouvi a minha voz: atendei bem, e ouvi o meu discurso».